



**Estratégia**  
Concursos

**SIMULADO FINAL ESTILO FCC**

**TRF**

**3<sup>a</sup> REGIÃO**

**TÉCNICO JUDICIÁRIO (ÁREA ADMINISTRATIVA)**



# Simulado Especial

## TRF 3ª - TÉCNICO JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRF;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TRF3-23-11>**

- |                |                |                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 13 - A B C D E | 25 - A B C D E | 37 - A B C D E | 49 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 14 - A B C D E | 26 - A B C D E | 38 - A B C D E | 50 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 15 - A B C D E | 27 - A B C D E | 39 - A B C D E | 51 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 16 - A B C D E | 28 - A B C D E | 40 - A B C D E | 52 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 17 - A B C D E | 29 - A B C D E | 41 - A B C D E | 53 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 18 - A B C D E | 30 - A B C D E | 42 - A B C D E | 54 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 19 - A B C D E | 31 - A B C D E | 43 - A B C D E | 55 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 20 - A B C D E | 32 - A B C D E | 44 - A B C D E | 56 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 21 - A B C D E | 33 - A B C D E | 45 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 22 - A B C D E | 34 - A B C D E | 46 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 23 - A B C D E | 35 - A B C D E | 47 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 24 - A B C D E | 36 - A B C D E | 48 - A B C D E | 60 - A B C D E |

**PORTUGUÊS****TEXTO I****Ser feliz ou ter razão?**

Desde criança somos incentivados a moldar o nosso ego para que ele se torne uma arma e um escudo ao mesmo tempo. Começa um processo de blindagem para que não sejamos ofendidos nem taxados como inferiores. E com o passar dos anos já estamos expertos em defender com unhas e dentes a nossa lustrada razão. Mesmo que isso nos cause prejuízos.

Diz aí, quantas pessoas você conhece que nunca dão o braço a torcer? Que falam muito sobre Jesus e nunca deram a outra face para bater? Ou vivem uma falsa verdade, mantêm a fachada da família feliz para permanecer na falsa superioridade da razão.

Aquelas pessoas que querem ter sempre a última palavra na discussão. Aqueles que ficam segurando a porta do elevador até a última pessoa sair. Não por educação, mas por alguma espécie de saciamento do ego. Ou os que juram que o trajeto que escolheram é sempre o melhor. Os que dizem sempre “vai por mim”. Os que ligam para o CVV (Centro de Valorização da Vida) e acabam se matando.

Se a nossa grama não é mais verde, ela é de uma raça importada. “Meu carro é um popular, mas é mais econômico que o seu”. Não se pode ficar por baixo. Há de se procurar uma razão para justificar a posição de segunda voz na dupla sertaneja. Nunca é a sua vez de ceder. É o machismo e o feminismo exacerbado, é a sensação de ser sempre a resposta, nunca a pergunta.

Considero uma das melhores frases do mundo aquela criada por Ferreira Gullar: “Não quero ter razão, eu quero é ser feliz!” O poeta teve esse insight quando estava em casa sozinho depois de uma briga com sua mulher. Ele ficou na fossa e acabou ligando pra ela dizendo essa frase. Tudo ficou em paz. O mais incrível é que tempos depois, após publicado em seus versos, um leitor o encontrou e disse que aquela frase também o teria feito reatar com sua namorada.

Quantas e quantas vezes nós já deixamos passar coisas, momentos e oportunidades apenas por querer ter a razão. Talvez nem por nossa própria culpa, mas pelo condicionamento que cultivamos no curso da vida. Precisamos manter o ego intacto, ou seguir apenas o intelecto, o lado esquerdo do cérebro. Ego, orgulho, razão, eles estão ali juntinhos, bem perto um do outro; como uma barreira de jogadores a impedir o gol.

Você pode ter perdido uma amizade apenas por não querer ligar primeiro. Ter se envolvido em um acidente por escolher a estrada mais difícil só para ter razão. Se perder em algum lugar desconhecido por dizer sempre “eu sei o que estou fazendo”. Vai haver momentos em que não saberemos mesmo, o que estamos fazendo. E isso é completamente natural. Não é ser ofendido, tão pouco inferior. Não ter a razão de vez em quando é premissa fundamental para ser feliz. É ou não é? Desculpa, mas é que eu tenho razão.

<https://recalculandoarota.com.br/ser-feliz-ou-ter-razao-a-pergunta-que-voce-nao-deveria-mais-errar/>

**01.** De acordo com o texto,

a) durante a infância, sofremos um processo de condicionamento que transforma nossa mente em uma

máquina cujo exclusivo propósito é atacar para nunca mostrar vulnerabilidades.

b) não é necessariamente uma confissão de derrota retórica não fazer questão de ter a última palavra nas discussões.

c) a verdadeira superioridade está em sempre ceder para evitar conflitos desnecessários, que muitas vezes nascem por disputas pautadas em vaidade.

d) é premissa fundamental para ser feliz é não ser ofendido, tampouco sentir-se inferior.

e) apesar dos conflitos, estar certo sempre também é uma forma de ser feliz, pois o ego encontra saciedade em jamais ser contrariado.

**02.** A mensagem principal do autor poderia ser resumida no seguinte raciocínio.

a) ainda que se corra o risco de assumir uma aparente posição de inferioridade, é imprescindível que se façam concessões para se obter uma vida mais feliz.

b) O machismo e o feminismo exacerbado dão a sensação de ser sempre a resposta, nunca a pergunta.

c) É natural que nunca saibamos o que estamos fazendo, daí a necessidade de sermos mais humildes e admitir falhas.

d) Ego, orgulho e razão são escudos que usamos para garantir nossa felicidade, mesmo que isso fira pessoas próximas.

e) O segredo da felicidade é não se importar se a grama do vizinho é mais verde ou se seu carro é mais econômico.

**03.** Houve emprego de linguagem figurada exceto em

a) E com o passar dos anos já estamos experts em defender com unhas e dentes a nossa lustrada razão.

b) Diz aí, quantas pessoas você conhece que nunca dão o braço a torcer?

c) Que falam muito sobre Jesus e nunca deram a outra face para bater?

d) Aqueles que ficam segurando a porta do elevador até a última pessoa sair.

e) Há de se procurar uma razão para justificar a posição de segunda voz na dupla sertaneja.

**04.** Traduz-se adequadamente um segmento do texto em

a) Você pode ter perdido uma amizade (7º parágrafo) = Você deixou de ter um amigo.

b) Desde criança somos incentivados a moldar o nosso ego (1º parágrafo) = O estímulo à modelagem egocêntrica ocorre na infância

c) Começa um processo de blindagem (1º parágrafo) = uma armadura do ego se processa

d) por não querer ligar primeiro (7º parágrafo) = em razão de não ter querido ligar primeiro.

e) Desculpa, mas é que eu tenho razão (7º parágrafo) = perdoe-me, tenho razão, contudo.



**05.** Sobre as estruturas e ideias apresentadas no texto, considere os itens abaixo e assinale a opção correta.

- I- Em "Ele ficou na fossa e acabou ligando pra ela dizendo essa frase", verificam-se indícios de linguagem informal.
- II- Em "Não é ser ofendido, tão pouco inferior", há inadequação no uso da expressão "tão pouco", que poderia ser sanada pela substituição por "tampouco".
- III- No segmento "Quantas e quantas vezes nós já deixamos passar coisas", ocorre redundância por repetição desnecessária de expressões com o exato mesmo sentido.

Está(ão) correto(s).

- a) I, apenas.
- b) I e II
- c) II e III
- d) I e III
- e) I, II e III.

**06.** Transpondo-se a frase "Precisamos manter o ego intacto" para a voz passiva, a forma verbal correspondente será

- a) precisava manter-se
- b) precisa-se manter
- c) precisa ser mantido
- d) mantém-se intacto.
- e) é mantido.

**07.** Articulam-se adequadamente os tempos e modos verbais em

- a) Na primeira vez em que teve oportunidade, o autor citara que o poeta Ferreira Gullar acreditasse na importância de dar o braço a torcer.
- b) Uma vez que a mentalidade defensiva se alterasse, nós tínhamos passado a sofrer menos por conflitos fúteis.
- c) Se os motivos que nos levam a querer sobressair fossem, em boa parte, relevantes, a convivência harmônica tende a melhorar.
- d) No caso de surgir a necessidade de provar-se o dono da razão, a tensão dos conflitos elevava-se rapidamente.
- e) Tão logo aprendemos a abrir mão do desejo egóico de estar sempre certo, vimos reduzido o número de conflitos baseados em vaidade.

**08.** O vocábulo "expertos" (1º parágrafo) foi utilizado com sentido de

- a) prontos, atentos
- b) especialistas, experientes
- c) alerta, vivos.
- d) expectadores, ávidos.

e) atentos, inteligentes.

**09.** Está clara, correta e coerente a redação do livre comentário sobre o texto.

- a) Haverá sempre de existir quem deseje dar a palavra final em discussões quaisquer.
- b) Com o passar do tempo, há de passar despercebidos os valores morais mais tendentes.
- c) Conquanto passamos a vida tentando ser felizes, nunca abrimos mão de ter razão em situações de conflito.
- d) Somos condicionados a mostrar sempre posição de superioridade, posto que ninguém se sente bem ao ser menosprezado.
- e) Aqueles momentos de maior saudade opõem-se lembranças de termos agido de forma inflexível.

**10.** Transpondo-se a fala "Não quero ter razão, eu quero é ser feliz!", de Ferreira Gullar, para o discurso indireto, a forma correspondente será

- a) Ferreira Gullar disse que não quer ter razão, queria era ser feliz.
- b) Ferreira Gullar dizia que não quis ter razão, quis só ser feliz.
- c) Ferreira Gullar disse que não queria ter razão, queria era ser feliz.
- d) Ferreira Gullar disse que não queria ter razão, queria apenas ser feliz.
- e) Ferreira Gullar disse: "não queria ter razão, queria era ser feliz".

## RACIOCÍNIO LÓGICO

**11.** Guilherme selecionou 150 questões para elaborar um de seus PDFs. Guilherme já havia comentado 30% das questões em outras aulas e, portanto, não podiam ser utilizadas nesse novo PDF. Das demais questões, 20% eram muito fáceis e também não seriam utilizadas. Considerando-se o número total de questões selecionadas no início, é correto dizer que o número de questões que Guilherme pode utilizar para elaborar o PDF representava

- a) 48%
- b) 40%.
- c) 56%
- d) 44%
- e) 52%

**12.** Kovarik gasta para para realizar metade de um serviço o mesmo tempo que Brunno gasta para realizar 5/6 do mesmo serviço. Se Kovarik e Brunno realizam, juntos, o serviço em 15 dias, então Kovarik realizaria, sozinho, o serviço completo em

- a) 20 dias.
- b) 24 dias.
- c) 42 dias.
- d) 36 dias.
- e) 40 dias.

**13.** As letras da palavra CORUJA foram embaralhadas e a nova sequência dessas mesmas letras possui as seguintes propriedades:

- Nenhuma das 6 letras ocupa a sua posição inicial.
- As vogais aparecem juntas, na mesma ordem que estavam: O, U, A.
- A 5ª letra não é R.
- A letra J aparece antes da letra C.

É correto concluir que, na nova sequência,

- a) a 3ª letra é U.
- b) a 5ª letra é A.
- c) a 1ª letra é J.
- d) a 4ª letra é C.
- e) a 6ª letra é R.

**14.** Certo dia, Dani Pires escreveu quatro frases na sua agenda:

- Ontem foi dia 12;
- Hoje não é dia 14;
- Amanhã será dia 15;
- Das frases anteriores, uma delas é falsa e as outras são verdadeiras.

Dani escreveu essas frases no dia:

- a) 11
- b) 12
- c) 13
- d) 14
- e) 15.

### **DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**15.** Maria, pessoa com deficiência, necessita resolver situação de seu interesse junto ao TRF da 3ª Região. Maria possui limitação que impede comparecimento ao órgão judiciário. Nesse caso, considerando as disposições do Estatuto da Pessoa com Deficiência:

- a) Agente público deverá promover o contato virtual com a pessoa com deficiência.

b) Eventual pedido poderá ser indeferido em virtude do não comparecimento de Maria, desde que haja despacho fundamentado da autoridade competente.

c) Maria apresentará solicitação de atendimento domiciliar ou fará representar-se por procurador constituído para essa finalidade.

d) A única alternativa é Maria se fazer representar por procurador constituído, que comparecerá ao departamento competente.

e) Em situações interesse público, pode-se exigir o comparecimento de Maria ao órgão público competente.

### **SUSTENTABILIDADE**

**16.** Acerca da Política Nacional de Resíduos Sólidos e os temas relacionados à sustentabilidade, marque a opção incorreta:

a) A prevenção e a precaução são princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

b) Entre os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos temos a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

c) A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos.

d) São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de pilhas e baterias.

e) A Lei 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, aplica-se aos rejeitos radioativos.

### **GOVERNANÇA CORPORATIVA**

**17.** Um dos conceitos do PMBOK trata de “Uma decomposição hierárquica orientada à entrega do trabalho a ser executado pela equipe do projeto para atingir os objetivos do projeto e criar as entregas necessárias. Ela organiza e define o escopo total do projeto”. A definição acima refere-se a:

a) Escopo dos projetos prioritários.

b) Técnica PERT-CPM.

c) Gestão de riscos.

d) Gestão por diretrizes.

e) Estrutura analítica do projeto - EAP.

**18.** Nem sempre a estratégia pretendida pela organização é implementada em sua totalidade, do modo que foi concebida. A estratégia gerada durante a execução da estratégia deliberada, envolvendo as adaptações necessárias e que não era a intenção da organização na formulação da estratégia pretendida chama-se:

- a) deliberada.
- b) emergente.
- c) realizada.
- d) não realizada.
- e) pretendida.

### **GESTÃO ESTRATÉGICA**

**19.** O processo de gestão de riscos envolve as seguintes fases, exceto:

- a) estabelecimento do contexto.
- b) tratamento dos riscos.
- c) comunicação e consulta com os acionistas.
- d) avaliação dos riscos.
- e) análise dos riscos.

**20.** Um secretário de saúde do município de Terreirinho do Oeste deseja utilizar uma ferramenta que aponte quais são as doenças que mais geram mortes e internações no hospital local. A ferramenta adequada para esse trabalho seria o:

- a) Diagrama de Ishikawa.
- b) Diagrama de Dispersão.
- c) Brainstorming.
- d) Diagrama de Pareto.
- e) Árvore de decisão.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**21.** O Tribunal Regional Federal da 3ª Região necessita realizar procedimento licitatório para a aquisição de materiais comuns de uso diário no âmbito das secretarias. Após o levantamento dos quantitativos necessários, o setor responsável pelas compras determinou que o valor estimado da contratação seria de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos reais). Nesse caso, tendo em vista o objeto e o valor estimado, a modalidade e o tipo licitatórios cabíveis para a contratação é (são):

- a) o concurso e a concorrência, ambas pelos critérios de técnica e preço.
- b) a tomada de preços e o convite, sob os critérios de menor preço e melhor técnica, respectivamente.
- c) apenas a concorrência, sob o tipo de técnica e preço, em virtude do valor.
- d) o pregão e o leilão, ambas sob o critério de menor preço.
- e) o pregão, pelo critério de julgamento de o menor preço.

**22.** A Constituição Federal de 1988 determina que a Administração Pública observará uma série de princípios que regem toda a sua atuação. Esses princípios alcançam

- a) apenas a Administração indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, excluindo a administração pública direta, por estar sujeita a regime diferenciado aplicável ao poder executivo federal.
- b) a Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) a Administração pública direta e indireta, excluído o Poder Judiciário, em virtude da separação dos poderes e da independência desse poder.
- d) apenas a administração direta e o Poder Executivo, pois ambos são responsáveis pelo exercício da função pública propriamente dita.
- e) a Administração pública direta e indireta, excluído o Poder Legislativo, em virtude da separação dos poderes, da independência desse poder e do fato de que está sujeito ao controle do Tribunal de Contas.

**23.** O Tribunal Regional Federal da 3ª Região firmou contrato administrativo para a realização de reforma em um de seus edifícios sede. O fiscal do contrato informou à autoridade competente a conclusão da obra. Porém, em virtude da importância e características da obra, a autoridade competente resolveu designar uma comissão para realizar os procedimentos de recebimento do objeto. Em relação ao procedimento de recebimento do objeto contratado, considerando as disposições constantes na Lei nº 8.666/1993, está correto afirmar que

- a) em qualquer caso, a comissão poderá receber o objeto provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; ou definitivamente, mediante recibo, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
- b) o recebimento do objeto deve ser atestado pela comissão através de termo circunstanciado, ensejando, a partir de então, a responsabilidade civil estatal pela solidez e segurança da obra.
- c) no caso de a reforma não ultrapassar o valor da modalidade tomada de preços, o recebimento provisório poderá ser dispensado, desde que a reforma não contemple aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade, realizando o recebimento final mediante recibo.
- d) em se tratando de obras e serviços, o objeto pode ser recebido provisoriamente somente por comissão designada pela autoridade competente e mediante termo circunstanciado, após vistoria que comprove a adequação do objeto ao contrato.
- e) após a vistoria e o recebimento provisório ou definitivo, fica excluída a responsabilidade civil da contratada a partir da assinatura do recibo

**24.** Joana, servidora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, cumpriu penalidade de suspensão em janeiro de 2017. Após o decurso de mais de dois anos de efetivo exercício, em março de 2019, pleiteou o cancelamento do registro, motivado pelo fato de não ter sofrido mais nenhum tipo de penalidade nesse período. Nos termos da Lei nº 8.112/1990,

- a) o pedido de Joana deve ser deferido, pois a prescrição nesses casos ocorre no prazo de dois anos, procedendo-se ao cancelamento do registro com efeitos retroativos.
- b) o prazo para cancelamento está correto, mas o deferimento do pedido não poderá ter efeitos retroativos.
- c) Joana deve informar sua intenção de requerer o cancelamento ao superior imediato, que será responsável por efetuar o pedido junto à autoridade competente.
- d) o pedido de Joana não poderá ser deferido, uma vez que o prazo para o cancelamento da penalidade de suspensão é de cinco anos de efetivo exercício, sem a ocorrência de nova irregularidade, sendo que o cancelamento não gera efeitos retroativos.
- e) o prazo para cancelamento do registro de penalidade de suspensão é de três anos de efetivo exercício e somente cabível com efeitos retroativos caso a servidora não tenha praticado nova infração disciplinar.

**25.** Um ministro de Estado editou, mediante delegação do Presidente da República, ato normativo não amparado em lei, dispondo sobre a organização e o funcionamento dos órgãos subordinados ao respectivo ministério. Na justificativa, o ministro consignou que o ato não criou nem extinguiu órgãos administrativos, e também não ensejou alteração no orçamento do ministério. Irresignados com a medida, alguns servidores pleitearam, junto à respectiva associação, a impugnação do ato ministerial. Após levantar informações, a associação de classe interpôs recurso administrativo, que, nos termos da legislação aplicável:

- a) deverá ser deferido, uma vez que um ministro de Estado não pode editar ato normativo não amparado em lei, mas seria cabível a utilização de decreto autônomo, editado pelo Presidente da República, apto a inovar no ordenamento jurídico.
- b) não poderá ser deferido, uma vez que a legislação de processo administrativo não outorga à associação legitimidade para recorrer em nome de seus associados.
- c) deverá ser deferido, pois a Lei de Processo Administrativo não admite delegação para editar atos de caráter normativo, de tal forma que o ato do ministro de Estado não encontra fundamento na legislação.
- d) será indeferido, uma vez que, apesar de a legislação administrativa vedar a delegação de ato de caráter normativo, a situação encontra respaldo diretamente no texto constitucional, podendo o ministro editar o ato normativo, ainda que não esteja regulamentando nenhuma lei.

e) poderá ser deferido, desde que o recurso seja direcionado ao próprio ministro de Estado, cabendo a impugnação de ato administrativo normativo na via administrativa.

**26.** João é servidor público federal e chefe de determinada secretaria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Utilizando-se de seu poder disciplinar, com base em ato normativo do Tribunal, aplicou sanção de suspensão a um subordinado, após regular processo administrativo disciplinar. A conduta do servidor penalizado comporta, segundo a lei, a aplicação das penalidades de suspensão, passível de conversão em multa. Sobre a situação narrada, é correto afirmar que

- a) a decisão de João quanto a penalidade a ser aplicada é discricionária, pois nesse caso existem dois objetos possíveis para atingir o mesmo fim, que é a punição do servidor faltoso.
- b) houve desvio de finalidade na atuação de João, já que aplicou a sanção mais gravosa, de suspensão, quando a lei previa uma alternativa menos prejudicial ao subordinado, qual seja, a aplicação de multa.
- c) a forma de aplicação da penalidade é discricionária, já que existem legalmente duas formas possíveis de se aplicar a punição ao servidor, porém a conversão em multa depende de aceitação pelo servidor.
- d) há um vício de competência na aplicação da penalidade ao servidor, já que a competência para aplicação de sanção disciplinar depende de previsão originária em lei, após regular tramitação do processo administrativo.
- e) o ato administrativo de aplicação da penalidade, no caso narrado, é vinculado, e, por isso, a não aplicação da penalidade de multa configura vício passível de anulação.

**27.** No exercício das funções de seu cargo de técnico judiciário, João é responsável pela inserção de informações processuais na base de dados do Tribunal. Ao se deparar com um processo de uma pessoa com a qual não mantém um bom relacionamento, João decidiu deixar o processo parado por um tempo, retardando indevidamente a prática de atos de ofício, para atrasar seu andamento e assim prejudicar essa pessoa. Tal conduta revela-se incompatível com as normas que regem a sua carreira, mas também pode configurar ato de improbidade administrativa. Partindo-se do pressuposto que os demais requisitos legais para configuração do ato ímprobo estão presentes, João estará sujeito, entre outras, às penalidades de:

- a) proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de três anos.
- b) suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.
- c) multa civil de até dez vezes o valor da sua remuneração.
- d) proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de três a cinco anos.
- e) suspensão do exercício da função pública pelo prazo de até três anos.

**28.** Paulo ajuizou ação em face da União, pleiteando indenização por supostos danos causados em seu imóvel em virtude de obras realizadas em um prédio público federal, vizinho à sua casa. Ficou comprovado que a obra foi realizada por empresa privada, contratada pela União e que a obra, por si só, envolvia riscos para a população local. Para que faça jus à reparação dos eventuais danos sofridos, o particular deve demonstrar que

- a) houve negligência dos agentes públicos na realização das obras, e o nexo de causalidade entre a conduta negligente e os danos sofridos.
- b) houve uma conduta ilícita da construtora, cabendo responsabilização subjetiva da Administração ou objetiva da construtora.
- c) não estão presentes as excludentes de responsabilidade estatal, como força maior ou sua culpa concorrente, pois nesses casos a responsabilidade estatal restaria excluída.
- d) o dolo dos agentes responsáveis pela obra, que resultou em conduta negligente, fazendo incidir a responsabilidade subjetiva do Estado pelos danos.
- e) há um dano causado ao seu imóvel decorrente do só fato da obra, respondendo o Estado objetivamente.

#### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**29.** Suponha que determinado processo disciplinar em curso, relativo a um Juiz Federal vinculado ao Tribunal Regional da Terceira Região, tenha sido avocado pelo CNJ que, ao final, decidiu pela aplicação da sanção de demissão do magistrado. Considerando o que estabelece a Constituição Federal a respeito do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

- a) A competência concorrente entre os tribunais e o CNJ para o julgamento de processos disciplinares não autoriza a avocação destes por parte do referido órgão, sendo equivocada, da mesma forma, a aplicação da pena de demissão.
- b) Não há qualquer irregularidade na condução do referido processo, tampouco na aplicação da sanção imposta, tendo o CNJ agido em estrita consonância com as competências que lhe foram constitucionalmente atribuídas.
- c) O CNJ apenas possui competência para revisar, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares julgados há menos de um ano, e não para avocar aqueles que estiverem em curso. No entanto, a penalidade imposta, no caso, não encontra óbice à sua aplicação.
- d) A competência disciplinar do CNJ se restringe aos servidores, não atingindo a conduta dos magistrados, cujas penalidades poderão ser impostas por decisão do respectivo tribunal, apenas.
- e) O CNJ possui autorização constitucional para avocar processos disciplinares em curso, mas a penalidade

máxima que poderia ter sido determinada ao magistrado é a de aposentadoria compulsória, e não a de demissão.

**30.** Osney, renomado Jurista, atualmente com 70 anos de idade e autor de diversas publicações na área do Direito Constitucional, é bacharel em Direito, mas não possui o devido registro na OAB. Gozando de amplo reconhecimento entre seus pares no meio jurídico, foi indicado pelo presidente do STF para integrar a Suprema Corte. Cumpridos os demais requisitos constitucionais, pode-se dizer que a indicação de Osney:

- a) É válida, uma vez que foi cumprido o requisito do bacharelado em Direito, não sendo necessário ostentar a condição de advogado para ocupar o cargo de Ministro do STF.
- b) É válida, mas deverá ser sabatinado pelo Congresso Nacional.
- c) Seria válida, se tivesse sido feita pelo Presidente da República, e não pelo Presidente do STF.
- d) É inválida, ainda que Osney ostentasse a condição de advogado e o procedimento para sua nomeação tivesse sido fielmente obedecido.
- e) É válida, mas Osney deverá aposentar-se compulsoriamente, aos 75 anos de idade.



**31.** Merelaine, dona de um quiosque de cachorro-quente em uma praça de alimentação de um shopping, nota, no período do almoço e de maior movimento, a chegada de alguns policiais que se encontravam em serviço, durante a apuração de denúncia anônima apontando a existência de drogas ilícitas armazenadas no local. Em determinado momento, os agentes iniciam a busca nas mesas e cadeiras próximas, destinadas ao uso exclusivo dos clientes de Merelaine, e solicitam o acesso ao interior do quiosque. Merelaine, indignada com a abordagem, percebe que os policiais sequer estavam munidos de mandado judicial.

Considerando a situação exposta, é correto afirmar que:

- a) Merelaine nada poderá fazer, já que a busca, desde que seja feita no período diurno, é permitida em locais frequentados pelo público, incluindo a área destinada aos clientes e o próprio quiosque.
- b) Merelaine não pode impedir a revista dos policiais na praça de alimentação, ainda que dentro da área reservada aos seus clientes, mas o interior de seu estabelecimento, de acesso restrito, é considerado domicílio e, nessa qualidade, é inviolável.
- c) A área abrangida pelo atendimento exclusivo aos clientes do quiosque apenas fica desprotegida da garantia da inviolabilidade domiciliar durante o período noturno, em caso de desastre ou flagrante delito.
- d) Não há que se falar em garantia à inviolabilidade domiciliar em relação a estabelecimentos comerciais de qualquer natureza, justamente por se destinarem ao atendimento ao público.
- e) O estabelecimento comercial é considerado domicílio, porém, como se trata de averiguação sumária em virtude de denúncia anônima, os policiais não necessitam de autorização judicial para proceder às buscas em toda a área mencionada.

**32.** Jordi e Jordel, estudantes de Direito, tentavam compreender a teoria do Duplo Estatuto, relacionada à internalização dos Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil. Jordi entendeu que tais tratados, ao serem aprovados, automaticamente gozariam de status supralegal, mas não seriam equivalentes às Emendas Constitucionais. Já Jordel chegou a conclusão diversa, entendendo que apenas os Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos teriam validade jurídica no plano interno, sendo equivalentes às emendas constitucionais, caso aprovados pelo Congresso Nacional.

De acordo com o que estabelece a Constituição Federal e a jurisprudência pátria a respeito do assunto, é possível afirmar que:

- a) Nenhum dos dois estudantes compreendeu a teoria do Duplo Estatuto, adotada pelo STF.
- b) Apenas Jordi entendeu o sentido da teoria do Duplo Estatuto, já que os Tratados Internacionais se situam em uma categoria intermediária, entre normas de grau superior, constitucionais, e inferior, qual seja, as leis.

c) Apenas Jordel entendeu o sentido da teoria do Duplo Estatuto, ainda que parcialmente, já que os Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos deverão submeter-se ao rito de aprovação das Emendas Constitucionais, para que possuam validade jurídica no plano interno.

d) Jordi está parcialmente correto, já que os Tratados Internacionais aprovados pelo Brasil, em regra, são incorporados com status supralegal, mas poderão ser equivalentes às Emendas Constitucionais, caso a aprovação siga o rito correspondente a essa espécie legislativa.

e) Jordel equivocou-se no ponto em que considerou que apenas os Tratados que versem sobre Direitos Humanos poderão gozar do status de Emenda Constitucional.

**33.** Determinada lei estadual, editada para tratar das regras relativas aos servidores públicos, estabeleceu que no máximo metade das funções de confiança no respectivo Estado poderiam ser preenchidas por ocupantes de cargos exclusivamente em comissão, devendo destinar-se a funções de chefia ou assessoramento. Além disso, impôs que os servidores da administração indireta seriam regidos pela CLT, diferentemente dos servidores da administração direta, submetidos ao regime estatutário.

Houve inconstitucionalidade no que diz respeito:

- a) Ao preenchimento das funções de confiança por ocupantes de cargos exclusivamente em comissão, apenas.
- b) Ao desrespeito à exigência de regime jurídico único, apenas.
- c) Ao percentual reservado aos ocupantes de cargos exclusivamente em comissão, para funções de confiança, superior ao limite estabelecido constitucionalmente.
- d) À restrição ao regime jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista, que possuem liberdade para definir sua forma de contratação, uma vez que se submetem às mesmas regras aplicáveis às empresas privadas, no tocante ao regime de pessoal.
- e) Ao preenchimento das funções de confiança por ocupantes de cargos exclusivamente em comissão, bem como ao desrespeito à exigência de regime jurídico único.

**34.** Determinado deputado estadual propôs à Assembleia Legislativa o desmembramento do Estado X, com vistas à formação de um novo, bem como de um Território Federal. O projeto, que já previa a divisão do Território Federal em municípios, após aprovação da população diretamente interessada seguiu para análise e deliberação na Casa Legislativa, sendo então promulgado e publicado, restando criadas as mencionadas entidades. Considerando o contexto hipotético apresentado, é possível concluir que:

- a) Tanto a criação do novo Estado quando do Território Federal são claramente inconstitucionais, já que o projeto dependeria de aprovação da União, por meio de Lei Complementar Federal.
- b) O desmembramento do Estado X seguiu o procedimento previsto na Constituição Federal, no entanto, quanto à sua divisão em municípios, houve invasão de competência da União.
- c) O desmembramento jamais poderia ter resultado na criação de um novo Território Federal, uma vez que este constitui entidade administrativa, sem qualquer vestígio de autonomia política.
- d) Não houve qualquer irregularidade no procedimento citado, já que houve aprovação da população diretamente interessada, bem como o respeito à exigência de alteração do território por meio de lei.
- e) Não há qualquer impedimento à criação de um novo Território Federal como resultado do desmembramento de um Estado da Federação, porém, a entidade autárquica, já que dotada de mera autonomia administrativa, jamais poderia ter sido dividida em municípios politicamente autônomos.

**35.** Dois deputados federais travaram intenso debate após a rejeição de proposta de Emenda Constitucional em trâmite no Congresso Nacional. Hortêncio, autor da proposta, conseguiu reunir a assinatura da maioria absoluta dos membros da Câmara para que o projeto fosse reapresentado, ainda dentro da mesma sessão legislativa. Florêncio, contrário à ideia de alteração trazida pela Emenda, alegou que Hortêncio não poderia sugerir que o mesmo tema fosse novamente apreciado na atual legislatura. Assim, considerando o que determina a atual Constituição acerca dos limites de reforma de seu texto, é certo que:

- a) Assiste razão a Hortêncio, uma vez que seu projeto de Emenda, uma vez obtido o consentimento da maioria dos membros da respectiva Casa, poderia ser reapresentado, dentro da mesma sessão legislativa.
- b) Florêncio poderá alegar que a reapresentação da proposta ofende o princípio da irrepetibilidade, ainda que tenha havido a aprovação da maioria absoluta dos membros da respectiva Casa, porém tal vedação restringe-se ao período contido na mesma sessão legislativa.
- c) A proposta de Emenda Constitucional sequer poderia ter sido apresentada pela iniciativa de qualquer parlamentar, isoladamente. Além disso, o princípio da

irrepetibilidade, no caso, aplica-se de forma absoluta, não sendo possível a reapresentação do mesmo projeto, ainda que dentro da mesma legislatura.

- d) Assiste razão a Florêncio, uma vez que a vedação à reapresentação da proposta, dentro da mesma legislatura, constitui limitação temporal ao poder de reforma.
- e) O projeto de Emenda Constitucional sequer poderia ter sido apresentado pela iniciativa de qualquer parlamentar, isoladamente. No entanto, no que diz respeito à reapresentação da referida Emenda, o princípio da irrepetibilidade pode ser excepcionado pela proposta de dois terços dos membros do Congresso Nacional.

**36.** Cassio e Natiana, cidadãos brasileiros, encontravam-se em Moçambique, quando deram à luz ao seu primeiro filho, Lino. Na ocasião, Natiana participava de uma missão voluntária destinada ao apoio a um projeto social, do qual Cássio fazia parte como integrante de uma equipe enviada pelo Governo Brasileiro. Nessa situação, pode-se dizer que:

- a) Lino é considerado brasileiro nato, independentemente do cumprimento de qualquer providência tomada após o seu nascimento.
- b) Lino poderá ser considerado brasileiro nato, caso tenha sido registrado em repartição brasileira competente, em Moçambique.
- c) Lino somente seria considerado brasileiro nato se Natiana também estivesse, oficialmente, a serviço do Brasil.
- d) Ainda que não tenha sido registrado em repartição brasileira competente em Moçambique, Lino será considerado brasileiro nato caso venha a optar, ao atingir a maioria, pela nacionalidade brasileira.
- e) Caso não tenha sido registrado em repartição brasileira competente em Moçambique, Lino será considerado apátrida até que faça a opção pela nacionalidade brasileira, ao atingir a maioria.

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**37.** Determinado processo, em fase de conhecimento, tramita perante o juízo da 1ª Vara Federal de Campinas, cujo juiz titular é o Dr. José. No curso do procedimento, o Juiz constatou ser absolutamente incompetente para julgar o processo, entendendo tratar-se de competência do Juiz Dr. João, titular da 2ª Vara Federal de Barueri. Nesse caso, Dr. José

- a) deverá aguardar petição das partes acerca da incompetência, vedada a atuação de ofício.
- b) deverá reconhecer a incompetência de ofício e encaminhar os autos ao Dr. João. Por se tratar de incompetência absoluta, os atos do Dr. José serão considerados automaticamente inválidos.
- c) deverá reconhecer sua incompetência de ofício e encaminhar os autos ao Dr. João. Os atos do Dr. José

- continuarão válidos até decisão judicial em sentido contrário pelo juízo competente.
- d) deverá encaminhar ofício para consultar Dr. João antes da remessa dos autos.
- e) deverá reconhecer a incompetência de ofício e encaminhar os autos ao Dr. João. Apenas o Dr. José terá competência para invalidar os atos por ele praticados anteriormente.
- 38.** Em determinado processo, o juiz determinou a realização de ato requerido pelo Ministério Público, que atuava na causa como fiscal da causa. Nesse caso, as despesas processuais:
- a) deverão ser arcadas pelo Estado.
- b) serão rateadas entre autor e réu.
- c) serão isentas, por se tratar de requerimento do Ministério Público.
- d) serão pagas pela parte sucumbente ao final da ação, sendo dispensado o adiantamento nesse caso.
- e) deverão ser adiantadas pelo autor.
- 39.** Em relação à gratuidade de justiça, pode-se afirmar, nos exatos termos do Código de Processo Civil que:
- a) ela não afasta a responsabilidade pelas despesas processuais, pelos honorários advocatícios, bem como não afasta o dever de o beneficiário de pagar as multas impostas.
- b) ela não afasta apenas a responsabilidade pelos honorários advocatícios e o dever de o beneficiário de pagar as multas impostas.
- c) ela não afasta apenas o dever de o beneficiário de pagar as multas impostas.
- d) vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 3 anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.
- e) vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 2 anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.
- 40.** Maria e Pedro foram citados nos dias 10 e 15 de agosto respectivamente. Já em outro processo, João e Carla foram intimados nos dias 13 e 16 de setembro, respectivamente, para praticar determinado ato processual. Nesses termos, considerando as disposições do CPC, é correto afirmar que:
- a) os prazos de Maria, Pedro, João e Carla serão contados individualmente.

- b) em regra, o dia do começo do prazo para contestar será o dia 15 de agosto, tanto para Maria quanto para Pedro. Já no caso de João e Carla, os prazos serão contados individualmente.
- c) os prazos de Maria e Pedro serão contados individualmente. Já em relação a João e Carla, o dia do começo do prazo para a prática do ato será o dia 16 de setembro.
- d) o prazo para contestar de Maria e Pedro será necessariamente computado em dobro.
- e) em ambos os casos, considera-se a última das datas como o início do prazo para a prática do ato processual.
- 41.** Assinale a alternativa que, segundo o CPC, contém uma situação que NÃO enseja a suspensão do processo
- a) Admissão do incidente de resolução de demandas repetitivas.
- b) Arguição de impedimento ou de suspeição.
- c) Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos de navegação de competência do Tribunal Marítimo.
- d) Quando o advogado responsável pelo processo constituir o único patrono da causa e tornar-se pai.
- e) Arguição do incidente de assunção de competência.
- 42.** À vista das disposições do Código de Processo Civil assinale a alternativa que contém, respectivamente, uma causa de extinção do processo de execução e uma causa de suspensão do processo de execução:
- a) quando a alienação dos bens penhorados não se realizar por falta de licitantes e o exequente, em 15 dias, não requerer a adjudicação nem indicar outros bens penhoráveis e quando for concedido o parcelamento do valor da execução.
- b) quando o executado não possuir bens penhoráveis e quando ocorrer a prescrição intercorrente.
- c) quando o exequente renunciar ao crédito e quando for concedido o parcelamento do valor da execução.
- d) quando for concedido o parcelamento do valor da execução e quando forem recebidos com efeito suspensivo os embargos à execução.
- e) quando a obrigação for satisfeita e quando o executado possuir bens penhoráveis.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**43.** A respeito da ação penal, julgue os itens a seguir:

I - Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública;

II – Será admitida ação penal privada subsidiária da pública quando o MP não ajuizar a denúncia no prazo legal ou requerer o arquivamento do inquérito policial;

III – Ocorrerá renúncia ao direito de queixa quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) I
- e) III

**44.** A respeito dos sujeitos processuais, assinale a alternativa correta:

- a) A constituição de defensor dependerá da juntada aos autos de instrumento de mandato, ainda que o acusado o indique por ocasião do interrogatório.
- b) O assistente de acusação só pode ser admitido na ação penal pública incondicionada.
- c) O Juiz será considerado impedido quando for amigo íntimo de qualquer das partes.
- d) O assistente de acusação será admitido apenas até a sentença de primeira instância.
- e) Nenhum acusado, ainda que foragido, será processado ou julgado sem defensor.

**45.** A respeito das intimações, julgue os itens a seguir:

I – A intimação do Ministério Público será pessoal, sempre;

II – A intimação do defensor constituído será pessoal;

III – A intimação do defensor nomeado se dará por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, incluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado;

IV – A intimação do querelante será pessoal.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II
- b) I e III
- c) III e IV
- d) I e V
- e) I

**46.** Não se considera em flagrante delito quem:

- a) está nos atos preparatórios da infração penal.
- b) é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- c) é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- d) pratica crime permanente, durante o período de permanência.
- e) Acaba de cometer a infração penal.

**47.** A autoridade policial somente poderá arbitrar fiança nos casos de

- a) infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 04 anos. Nos demais casos, a fiança será requerida ao juiz, que decidirá em 24 horas.
- b) infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 02 anos. Nos demais casos, a fiança será requerida ao juiz, que decidirá em 24 horas.
- c) infração de menor potencial ofensivo. Nos demais casos, a fiança será requerida ao juiz, que decidirá em 48 horas.
- d) infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 04 anos. Nos demais casos, a fiança será requerida ao juiz, que decidirá em 48 horas.
- e) infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 02 anos. Nos demais casos, a fiança será requerida ao juiz, que decidirá em 48 horas.

**48.** Acerca dos recursos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.
- b) Caberá recurso em sentido estrito para impugnar a decisão de recebimento da denúncia ou queixa.
- c) Caberá apelação para impugnar as sentenças de absolvição ou de condenação.
- d) Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.
- e) Caberá recurso em sentido estrito para impugnar a decisão de pronúncia.



**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

**49.** Nos termos da Constituição Federal de 1988, podemos afirmar que compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a Seguridade Social, com base nos seguintes objetivos, **exceto**:

- a) universalidade da cobertura e do atendimento.
- b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- d) equidade na forma de participação no custeio.
- e) caráter democrático e centralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

**50.** É segurado obrigatório do RGPS, na qualidade de segurado empregado:

- a) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.
- b) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
- c) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua.
- d) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio
- e) aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos.

**51.** São parcelas não integrantes do salário-de-contribuição, **exceto**:

- a) a parcela "in natura" recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da lei.
- b) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias.
- c) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria.
- d) a ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado.
- e) a remuneração do aposentado que voltar ao trabalho.

**52.** Sobre o benefício de aposentadoria por invalidez podemos afirmar, **exceto**:

- a) A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.
- b) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
- c) Concluindo a perícia médica inicial pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida ao segurado empregado, a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade ou a partir da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de noventa dias.
- d) A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado empregado doméstico, trabalhador avulso, contribuinte individual, especial e facultativo, a contar da data do início da incapacidade ou da data da entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de trinta dias.
- e) quando a recuperação ocorrer dentro de 5 (cinco) anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, o benefício cessará após tantos meses quantos forem os anos de duração do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, para o contribuinte individual.

**53.** Em relação aos períodos de carência para a concessão de benefícios do RGPS, podemos afirmar, **exceto**:

- a) auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais, exceto nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista atualizada a cada 3 (três) anos, cuja especificidade e gravidade mereçam tratamento particularizado.
- b) salário-maternidade para segurada empregada, inclusive a doméstica, e trabalhadora avulsa: 10 (dez) contribuições mensais.
- c) auxílio-reclusão: 24 (vinte e quatro) contribuições mensais.
- d) independe de carência a concessão de pensão por morte, salário-família e auxílio-acidente.
- e) na hipótese de perda da qualidade de segurado, para fins da concessão dos benefícios de auxílio-doença, de aposentadoria por invalidez, de salário-maternidade e de auxílio-reclusão, o segurado deverá contar, a partir da data da nova filiação à Previdência Social, com

metade dos períodos previstos em lei para as respectivas carências.

**54.** Em relação à manutenção da qualidade de segurado e respectivo período de graça, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) será sem limite de prazo, para quem está em gozo de benefício, exceto do auxílio-acidente.
- b) será de até 12 (doze) meses após cessar a segregação, no caso de segurado acometido de doença de segregação compulsória.
- c) será de até 12 (doze) meses após o livramento, para o segurado retido ou recluso.
- d) será de até 12 (doze) meses após o licenciamento, para o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
- e) será de até 6 (seis) meses após a cessação das contribuições, para o segurado facultativo.

### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

**55.** A natureza jurídica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo

- a) relevantes para qualificá-la apenas a denominação e demais características formais adotadas pela lei
- b) relevante para qualificá-la apenas a destinação legal do produto da arrecadação
- c) irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da arrecadação
- d) relevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da arrecadação
- e) este o critério relevante inclusive para a determinação da natureza jurídica dos empréstimos compulsórios.

**56.** Assinale a única alternativa que não completa o enunciado, nos termos da Constituição Federal.

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre:

- a) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- b) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- c) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros salvo os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.
- d) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
- e) templos de qualquer culto.

**57.** Acerca das disposições contidas no Código Tributário Nacional acerca do tema "Obrigação Tributária", aponte a alternativa correta:

- a) A inobservância da obrigação tributária acessória faz surgir a obrigação principal, relativamente à penalidade pecuniária.
- b) Dado que o tributo se caracteriza como uma obrigação pecuniária, a obrigação tributária possui necessariamente caráter pecuniário.
- c) O fato de certa pessoa figurar como sujeito passivo de uma obrigação tributária principal implica dizer que esta pessoa possui a obrigação de pagar determinado valor a título de tributo.
- d) Assim como ocorre na seara do Direito Civil, em Direito Tributário, a obrigação tributária acessória depende da obrigação principal.
- e) O lançamento tem como finalidade fazer surgir a obrigação tributária principal.

**58.** São hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, exceto:

- a) moratória;
- b) o depósito do seu montante integral;
- c) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;
- d) parcelamento;
- e) compensação;

**59.** Assinale a alternativa correta, em relação à extinção do crédito tributário.

- a) Extinguir o crédito tributário tem por consectário a satisfação da obrigação tributária principal.
- b) A dação em pagamento em bem móveis pode extinguir o crédito tributário.
- c) Ato do Poder Executivo pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário.
- d) A conversão do depósito em renda em favor da Fazenda Pública extingue o crédito tributário.
- e) Em regra, para tributos lançados originariamente de ofício, o prazo decadencial é contado a partir da data do fato gerador da obrigação tributária.

**60.** Assinale as afirmativas com (V) para verdadeiro e (F) para falso, e, ao final, aponte a alternativa que indica a sequência correta:

- ( ) As garantias previstas no CTN constituem rol exaustivo, não podendo as leis municipais estabelecerem novas garantias, dado que somente a União, por lei complementar, pode disciplinar as normas gerais de direito tributário.
- ( ) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente constituído.
- ( ) A O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.
- ( ) Na falência, a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.
- a) F, V, F, V  
b) F, F, V, V  
c) V, F, V, F  
d) V, V, F, F  
e) V, F, F, F

**QUESTÃO DISCURSIVA**

“Qualquer ato de envolvimento emocional em relação a uma pessoa, a um grupo e a uma cultura”. De acordo com o Aurélio, é assim que a empatia é descrita. Mas na prática é um pouco diferente. Empatia é sair do modo automático e colocar tanto a mente quanto o coração nos outros. Explorar os sentimentos daquela pessoa. Procurando por suas origens. E, de tanto procurar, acabamos encontrando algo, muitas vezes o sentimento que mal se sabia estar lá.

A empatia pode se manifestar de todos os jeitos. Dos mais simples, em simplesmente ouvir alguém e tentar compreender o que a pessoa deve estar sentindo. Até lutar por alguma causa que afeta milhares de pessoas, como as manifestações por direitos que acontecem no país inteiro.

Fonte: Larissa Freitas. Disponível em: <http://redacao.mackenzie.br/empatia-habilidade-mais-importante/>

**A empatia para enfrentar o mal-estar da sociedade líquida<sup>1</sup>**

Com base no excerto acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo. Justifique seu ponto de vista.

---

**Obs.:** disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>



# FOLHA DE RESPOSTA

|    |  |
|----|--|
| 1  |  |
| 2  |  |
| 3  |  |
| 4  |  |
| 5  |  |
| 6  |  |
| 7  |  |
| 8  |  |
| 9  |  |
| 10 |  |
| 11 |  |
| 12 |  |
| 13 |  |
| 14 |  |
| 15 |  |
| 16 |  |
| 17 |  |
| 18 |  |
| 19 |  |
| 20 |  |
| 21 |  |
| 22 |  |
| 23 |  |
| 24 |  |
| 25 |  |
| 26 |  |
| 27 |  |
| 28 |  |
| 29 |  |
| 30 |  |

# Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TRF3-23-11>

***Não é assinante?***

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE